

ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA OCUPAÇÃO IRREGULAR DE UMA APP URBANA NA CIDADE DE SÃO GABRIEL/RS

Djulia Regina Ziemann (*), Nara Rejane Zamberlan dos Santos

* Gestora Ambiental. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia,

*Universidade Federal de Santa Maria e-mail: djuliazemann@gmail.com.

RESUMO

O crescimento acelerado e desordenado das cidades vem se traduzindo em problemas referentes, às ocupações irregulares por uma parcela da população, que por motivos econômicos ou sociais não tiveram acesso à produção formal da habitação. A informalidade habitacional urbana com a ocupação de áreas de proteção ambiental ocorre, principalmente, pela falta de planejamento urbano e especulação imobiliária. O objetivo do presente estudo foi verificar as condições socioambientais de uma área de ocupação irregular no Bairro Esplanada, no município de São Gabriel/RS. Os resultados apontaram a necessidade de análise e intervenção do poder público, através de um plano de gestão ambiental, de forma a regularizar este território e permitir, além da legitimação desta área a conscientização ambiental dos moradores e, a consequente qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: gestão ambiental, regularização fundiária, degradação ambiental

INTRODUÇÃO

O rápido crescimento da população urbana nos países subdesenvolvidos é decorrente, principalmente, de problemas de concentração de terras e falta de políticas adequadas que busquem atender a demanda da população rural (CARLOS, 2001). Maricato (2002) evidencia o crescimento demográfico urbano brasileiro registrado a partir do século XX, uma vez que 81,2% da população total concentrava-se no espaço urbano no ano 2000. A elevada intensificação do processo de urbanização não vem acontecendo somente nas grandes cidades, mas atinge também as pequenas cidades conforme Brilhante (2000), mostrando-se cada vez mais, como um grave vetor de problemas ambientais e sociais, pois além das mudanças e impactos causados ao meio ambiente, comprometem a qualidade de vida dos moradores atingindo de maneira mais intensa a população que se encontra em maior nível de vulnerabilidade social (BARROS et al., 2003).

De acordo com Guerra & Cunha (2012) devido ao fato da valorização imobiliária estar ligada a fragilidade ambiental dos terrenos, apenas a população com elevado poder aquisitivo tem acesso a áreas com melhor infraestrutura, localização e segurança. Segundo Corrêa (2000), os grupos sociais excluídos ocupam áreas que não geram interesse ao capital imobiliário, como antigos bairros abandonados pela elite, áreas de várzea, encostas íngremes de morro, e áreas distantes, gerando desta forma loteamentos irregulares.

Em muitos casos esses loteamentos ocorrem em áreas destinadas à preservação ambiental na área urbana, em conformidade com Braga & Carvalho (2003), pois o avanço da urbanização sobre o ambiente natural, de forma desordenada, vem causando a degradação progressiva de mananciais, implantação de loteamentos irregulares e a instalação de usos e índices de ocupação incompatíveis com a capacidade de suporte do meio.

Dentro desse contexto busca-se uma maneira de amenizar os conflitos socioambientais existentes, contribuindo na melhoria da qualidade de vida de uma população que se encontra em áreas de vulnerabilidade. Levando em consideração que as intervenções em áreas de ocupação irregular demandam trabalho articulado entre profissionais de diversas áreas e considerando-se o aspecto socioambiental dessas ações vislumbra-se nova demanda para o Gestor Ambiental e, conforme Maimon (1996), no âmbito da gestão pública uma ferramenta significativa é a gestão ambiental, uma vez que esta auxilia na criação de condições socioeconômicas de sustentabilidade e atendimento das necessidades básicas da população.

O objetivo do presente trabalho foi verificar as condições socioambientais e apresentar alternativas de gestão quanto à ocupação irregular da Rua João da Costa, localizada no bairro Esplanada, no município de São Gabriel/RS.

METODOLOGIA

O município de São Gabriel situa-se na fronteira-oeste do Rio Grande do Sul, às margens da BR-290, a 320 Km da capital Porto Alegre. Conta com uma área total de 5.023,821 Km² e possui uma paisagem típica da região do Pampa com campos em coxilhas fazendo parte da bacia hidrográfica do Vacacaí Mirim, sendo banhado pelo rio Vacacaí (SÃO GABRIEL, 2014). Segundo dados do IBGE (2014) em 2013 a população total foi de 62.594 habitantes e, em 2010 a população urbana contabilizava 53.775 habitantes, enquanto a rural, 6.650 habitantes.

Na área urbana esse crescimento da população vem ocasionando a ocupação irregular de vários territórios, sendo um deles em especial o foco deste trabalho, situado na Rua João da Costa, bairro Esplanada, no município em questão.

Para a realização deste trabalho a metodologia consistiu em uma pesquisa bibliográfica acerca do tema além de pesquisa documental quanto à situação legal da área em estudo, complementadas por visitas *in loco*, para registros fotográficos, análise da situação do local e aplicação de questionários às famílias residentes.

RESULTADOS

Após revisão bibliográfica acerca do tema, foi realizada pesquisa documental relativa a área supracitada, junto ao Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal de São Gabriel. Verificou-se que inicialmente a mesma pertencia a Prefeitura Municipal, porém um cidadão procedeu à ocupação do terreno e realizou o parcelamento ilegal e informal. A venda dos terrenos teve início no ano de 1980, porém a intensificação da instalação das moradias deu-se a partir de 2009 e desde então, devido à falta de fiscalização, vem ocorrendo a construção desordenada de casas. A revisão dos contratos de compra e venda, demonstrou que os terrenos foram vendidos a um preço muito baixo, a moradores de outros bairros da cidade de São Gabriel, ou do interior do município. O preço inferior de terrenos urbanos atraiu a população mesmo ciente da falta de legalidade e infraestrutura do local a adquirir os mesmos. Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de São Gabriel (PDDUA), esta área é considerada uma APP, devido à presença de um córrego na área onde ocorreu a instalação das residências. Ainda de acordo com o PDDUA em termos de infraestrutura e da questão urbanística, a mesma está inserida em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), porém devido à falta de um corpo técnico especializado em regularização fundiária, nenhuma intervenção foi feita até o momento.

Com o intuito de identificar o perfil socioeconômico das famílias da Rua João da Costa foram aplicados questionários e a partir da análise dos resultados observou-se que atualmente residem no local 68 pessoas, distribuídas em 18 casas, totalizando 18 famílias, sendo todas entrevistadas. Em geral a composição familiar é na maioria de 3 ou 4 pessoas, porém há casos de 7 e 9 moradores ocupando a mesma residência. Constatou-se que o perfil socioeconômico é caracterizado predominantemente por baixa renda, uma vez que na maioria dos casos (56%) concentra-se entre 1 a 2 salários mínimos, enquanto 33% se situa em 1 salário mínimo e, em apenas 11% dos casos é de 2 a 4 salários. Como profissão do principal mantenedor da casa fica evidenciado que a maioria são idosos aposentados (33%) enquanto as outras parcelas correspondem a profissões que demandam baixo nível de qualificação e de escolaridade (auxiliar de limpeza 11%, empacotador de supermercado 11%, empregada doméstica 11%, agricultor 5%, cozinheira 6%, e outros 6%), apenas em dois casos constatou-se atividades que requerem maior nível de instrução que são os casos onde há militares na família e de operador de máquinas industriais, onde em consequência apresenta-se maior renda mensal.

A informalidade no emprego ficou evidenciado em 61% dos entrevistados, enquanto os demais possuíam vínculo empregatício.

O perfil das moradias caracteriza-se como construções de baixo padrão construtivo, muitas em caráter precário, influenciados pelo baixo poder aquisitivo e nível de instrução. Todas as moradias são abastecidas por água (distribuída pela empresa responsável situada no município) e energia elétrica, esta última transmitida, exclusivamente, através de ligações clandestinas, as quais apresentam grande risco de incêndio devido à sobrecarga de energia e precariedade das instalações e infraestrutura das moradias.

Durante as visitas observou-se vários pontos onde ocorre degradação ambiental e foram constatadas condições insalubres e prejudiciais à saúde humana, bem como ao meio ambiente, devido o local não apresentar saneamento básico. O esgoto doméstico é depositado diretamente nos cursos d' água que escorrem em direção ao Rio Vacacaí. E, mesmo ocorrendo o recolhimento do lixo no local, grande parte deste é abandonado ao longo das valas onde os dejetos são depositados.

Como o esgoto escorre a céu aberto o mau cheiro e grande quantidade de insetos apresenta-se com frequência, além disso, em períodos de chuva os dejetos chegam quase até a porta das residências que estão localizadas bem próximas as valas. Em meio ao lixo que é abandonado em locais indevidos, e aos terrenos baldios que estão em situação de abandono, com mato crescendo livremente e deposição de lixo, ocorre a proliferação de animais nocivos a saúde como aranhas, escorpiões, baratas, ratos e serpentes que, com frequência são encontrados dentro das residências, resultando em uma situação de perigo aos moradores.

CONCLUSÕES

A prática e o contato com os conflitos socioambientais demonstram que a preservação do meio ambiente não pode ser vista como um fato isolado, uma vez que sempre se faz necessária a contextualização ambiental na área em que se apresentam os problemas.

A simples remoção das pessoas dos espaços não caracteriza uma forma de gerenciamento ambiental nem pressupõem a resolução de problemas. Ao contrário, a remoção representará a transferência do impasse caso não ocorra uma forte conscientização e orientação desta população que esbarra na falta de conhecimento e de condições financeiras para a resolução desta questão.

A ilegitimidade dos territórios seja do ponto de vista ambiental, com a ocupação de áreas de risco e APP's seja do ponto de vista fundiário requer um processo constante de fiscalização e orientação do poder público, através de profissionais habilitados, a fim de reduzir as mazelas sociais e as crises ambientais e promover mudanças comportamentais que assegurem qualidade de vida urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARROS, M.V.F.; SCOMPARIM, A.; KISHI, C. S.; CAVIGLIONE, J. H.; ARANTES, M.R.L.; NAKASHIMA, S. Y. & REIS, T. E. S. Identificação das Ocupações Irregulares nos Fundos de Vale da Cidade de Londrina/PR por Meio de Imagem Landsat7. *R.R.A'E GA*, Curitiba, v. 7, p. 47-54, 2003.
2. BRAGA, R.& CARVALHO, P.F. *Recursos Hídricos e Planejamento Urbano e Regional*. São Paulo: Laboratório de Planejamento Ambiental/UNESP, 2003. 131p.
3. BRILHANTE, O. M. *Environmental Management in Middle and Small Cities in Latin America*. In: International Conference on water and sanitation. Colombia, 2000.
4. CARLOS, A. F. A. *Cidade: uma perspectiva histórica*. São Paulo: Contexto, p. 56-66, 2001.
5. CORRÊA, R. L. *O Espaço Urbano*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2000. 94p.
6. GUERRA, A.J.T.&CUNHA, S.B. *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
7. IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. 2014.
8. MAIMON, D. *Passaporte Verde: gestão ambiental e competitividade*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996. 111p.
9. MARICATO, E. *Brasil Cidades, alternativas para a crise urbana*. 2ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. 204p.
10. SÃO GABRIEL. *Portal PMSG – Economia e Localização*. Disponível em: <<http://www.saogabriel.rs.gov.br/>> Acesso em: 16 jan. 2014.